

Apresentação

Apesar de a maioria dos pesquisadores do comportamento político defenderem, ao menos implicitamente, a necessidade de integração entre explicações estruturais e individuais sobre o engajamento cívico dos cidadãos das democracias contemporâneas, na prática é possível distinguir claramente duas abordagens distintas nesse campo, pois, de um lado, encontram-se investigações que enfatizam variáveis estruturais nacionais (TARROW, 1998), enquanto, de outro lado, estão pesquisas que privilegiam variáveis e atributos individuais (MILBRATH, 1965). A relação entre esses dois níveis de condicionantes tem sido apenas recentemente pesquisada, e os primeiros resultados apontam para a necessidade de integração entre dimensões macrosociológicas, como o desenvolvimento econômico e político do contexto em que a ação política ocorre, e atributos de natureza individual, como recursos materiais, intelectuais e sociais.

No que diz respeito especificamente a esse segundo grupo de condicionantes do comportamento participativo, todavia, um fator individual supostamente relevante continua, até o momento, pouco analisado:

a personalidade. Como a participação resulta das interações entre os indivíduos e aspectos do ambiente social e político, alguns pesquisadores têm defendido recentemente que diferenças psicológicas fundamentais devem ser consideradas na explicação desse tipo de comportamento. Como as pessoas reconhecidamente apresentam diferentes constituições psicológicas, em alguma medida essas particularidades poderiam influenciar seus padrões de atuação política (MONDAK, 2010).

Apesar da plausibilidade desse argumento, são poucos os pesquisadores que têm se dedicado a estabelecer essa interface entre Ciência Política e Psicologia por meio de investigações que procurem identificar as relações entre os traços de personalidade e as distintas formas de engajamento político nas democracias contemporâneas.

Este trabalho discute as razões para tal escassez de pesquisas acerca da suposta relação entre diferenças psicológicas e padrões de comportamento político por meio de revisão da recente produção sobre o tema, bem como procura avaliar os rendimentos desse empreendimento interdisciplinar para a compreensão da participação política em geral e, mais especificamente, para o engajamento de natureza contestatória.

1 Professor de Ciência Política na Universidade Estadual de Maringá, doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, onde atualmente também atua como docente do Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Pesquisador da área de Comportamento Político, com investigações sobre participação e cultura política. É também autor de dezenas de artigos em importantes periódicos como *Opinião Pública (CESOP)*, *Revista de Sociologia e Política* e *Novos Estudos CEBRAP*.
Email: ednaldoribeiro@icloud.com

Diante desses objetivos, o texto foi dividido em três partes. A primeira delas discute os principais obstáculos que dificultam a incorporação dessas diferenças psicológicas individuais que compõem à personalidade nos estudos sobre comportamento político. Focaliza, especificamente nesse momento, a polissemia do conceito no campo da psicologia e, também, as dificuldades operacionais envolvidas na mensuração da estrutura básica dessas características psicológicas. A segunda parte avalia algumas iniciativas pioneiras na incorporação da dimensão individual em modelos explicativos de distintas formas de participação política. Na terceira parte, a avaliação é verticalizada para as escassas tentativas de compreensão da relação entre as estruturas de personalidade e o comportamento político de protesto.

Conceitos e medidas de personalidade

O significado da personalidade como um conceito e objeto de pesquisa tem sido alvo de polêmica há várias décadas entre psicólogos, a ponto de um importante pesquisador ter escrito na década de 1970 que “personalidade é como o amor: todos concordam que existe, mas discordam sobre o que é” (CATTELL, 1973, p. 41, tradução minha)². Décadas se passaram e a divergência continua existindo, ainda que importantes passos em direção a um consenso mínimo tenham sido dados, especialmente nos últimos vinte anos.

Como este texto pretende discutir a relação entre personalidade e participação política, todavia, interessam mais diretamente os esforços empreendidos na construção de uma definição que pudesse ser

pragmaticamente útil ao teste empírico de hipóteses próprias do campo de pesquisas sobre o comportamento político a partir dos dados normalmente utilizados na área. Assim como ocorre com outros objetos, pode-se definir personalidade de várias formas com as mais variadas finalidades, mas poucas dessas definições são aplicáveis, em termos metodológicos e técnicos, por sociólogos e cientistas políticos em suas atividades de pesquisa cotidianas.

Na busca por uma definição operacionalizável, uma primeira aproximação conceitual associa a personalidade a uma estrutura interna (ou psicológica) multifacetada e durável (MONDAK, 2010). Estão implícitas nessa aproximação o entendimento de que tal estrutura é fortemente influenciada por fatores biológicos, constituindo, então, algo intrínseco em cada um desde o nascimento, e que define, em boa medida, o “ser” individual, além de moldar cada comportamento particular. Já existe volume considerável de pesquisas sobre as bases genéticas das diferenças individuais de personalidade, como a de McCrae et al. (2001), os quais identificaram que essa ordem de fatores explica mais de 50% da variação na estrutura interna. Por meio de estudos com gêmeos na América do Norte, Europa e Ásia, foi verificado, também, que essa influência se mantém constante entre as diferentes regiões geográficas (YAMAGATA et al., 2006), sustentando a hipótese de uma estrutura genética universal da personalidade independente de processos de aprendizado ou aculturação (McCRAE; COSTA, 2008).

A natureza multifacetada da estrutura psicológica remete ao conceito de fatores³ de personalidade, podendo ser entendidos

2 “personality is like love: everyone agrees it exists, but disagrees on what it is” (CATTELL, 1973, p. 41, no original).

3 A personalidade envolve outros elementos além dos fatores, como crenças e motivações, mas em razão da sua difícil incorporação na pesquisa empírica do comportamento político, serão desconsiderados aqui. Sobre visão mais ampla, consultar Kreidler e Kreidler (1990).

como as categorias básicas de diferenciação individual em funcionamento, as quais, em razão da sua natureza observável, normalmente são expressas pelos observadores por meio de adjetivos (ALLEN, 1994; WINTER, 2003). Quando os indivíduos se referem a alguém como introvertido, tímido ou sociável, estão se valendo de adjetivos para se referirem a padrões relativamente estáveis do comportamento que essa pessoa tende a exibir em situações específicas, ou seja, como observadores identificam e nomeiam os fatores (componentes ou traços) constituintes da personalidade do sujeito.

As pesquisas fundamentadas na identificação dos fatores, entretanto, durante muito tempo correram o sério risco de criar o que John e Robins (1993) chamam de “pesadelo semântico” ao tentarem catalogar todos os adjetivos empregados para representar características ou padrões de comportamentos que configuram as diferenças individuais, responsáveis por nos distinguirem uns dos outros. Durante muitas décadas, vigorou uma multiplicidade de escalas que contribuiu mais para o atraso do que para o avanço de uma agenda consistente de pesquisas. Essa situação só foi alterada quando, na década de 1990, começou a ganhar força uma nova geração de modelos holísticos para o estudo dos traços, merecendo destaque a *Five-Factor Theory* (GOLDBERG, 1990) e a *Big Five Theory* (McCRAE; COSTA, 2003). Como a maior parte dos trabalhos que exploram a interface entre personalidade e comportamento político se vinculam a essa segunda perspectiva destacada, ela será objeto de maior atenção na sequência⁴.

De acordo com essa abordagem, um modelo altamente compreensivo e hierarquizado para a descrição e compreensão da estrutura da personalidade poderia ser composto por apenas cinco grandes fatores: Abertura à Experiência, Conscienciosidade, Extroversão, Sociabilidade e Estabilidade Emocional⁵ (McCRAE; COSTA, 2003).

O desenvolvimento dessa perspectiva compreensiva e funcional pode ser visto como resultado de muitas décadas de esforços dedicados à identificação dos traços fundamentais que compõem essa estrutura interna. A partir do trabalho pioneiro de Allport e Odbert (1936), que compilou aproximadamente 18.000 termos utilizados para se referirem aos traços, pesquisadores passaram a aplicar técnicas de redução de dimensionalidade (como a análise fatorial) com a intenção de produzir um conjunto menor de componentes básicos que pudessem sintetizar toda essa variedade de adjetivos (CATTELL, 1947). Como resultado de vários anos de testes, Cattell (1956) apresentou um modelo bastante promissor contendo 16 fatores, conhecido como *16 Personality Factors* (16PF). Anos depois, essa escala foi reavaliada e uma nova estrutura contendo apenas cinco componentes foi proposta (TUPES; CHRISTAL, 1961).

Entre a década de 1960 e 1970, houve um período de forte ceticismo em relação a todas as abordagens baseadas na identificação desses traços e, especialmente, acerca da possibilidade de escalas tão reduzidas captarem a complexidade da personalidade humana (MISCHEL, 1968), mas, em 1980, uma nova geração de pesquisadores retomou o projeto e, no final

4 Apesar de apresentarem muitos elementos em comum, as duas abordagens dominantes sobre os traços de personalidade apresentam particularidades relevantes. Para uma discussão mais detalhada sobre essas aproximações e distanciamentos, consultar McCrae e John (1992).

5 No Brasil existem diferentes nomenclaturas para os traços fundamentais, e um levantamento recente desses termos pode ser encontrado em Silva e Nakano (2011) e Gomes e Golino (2012).

dessa década, importantes programas de pesquisa tendo como base a estrutura de cinco grandes fatores já ganhavam espaço (MONDAK, 2010).

As duas décadas que se seguiram ao renascimento dessa agenda de investigação psicológica foram dedicadas quase que exclusivamente à validação das suas escalas e procedimentos. No que diz respeito à validação, os defensores dessa perspectiva procuraram responder principalmente a crítica em relação ao uso de pontuações derivadas de autoavaliações dos pesquisados sobre suas próprias características. Era bastante grande o risco dos instrumentos utilizados para levantamento dos dados refletirem apenas autoilusões e o socialmente desejável, e muito esforço foi dedicado à busca de controles para essas interferências ou “ruídos” (Ibid.). Foi desenvolvido, por exemplo, um teste baseado na comparação entre as pontuações atribuídas pelos indivíduos a si mesmos em cada componente com as pontuações atribuídas por um observador e chegaram a expressivas correlações de 0,56 (McCRAE; COSTA, 1989). Mais recentemente, em trabalho de revisão de literatura, foram identificadas correlações que vão de 0,46 (na sociabilidade) a 0,62 (na extroversão) (CONNOLLY et al., 2007). Esses resultados indicam que a autoavaliação e a avaliação externa não resultam em pontuações idênticas entre os cinco traços, mas revela forte congruência, o que favorece a aceitação da metodologia baseada no primeiro procedimento.

Atualmente, grande esforço tem sido empregado na verificação da validade dos instrumentos de coleta de dados e, também, da própria estrutura dos cinco fatores em

contextos linguísticos e culturais distintos daqueles em que a perspectiva foi desenvolvida. Os resultados produzidos até o momento revelam expressiva aplicabilidade da perspectiva em diferentes contextos (ALLIK; McCRAE, 2004; McCRAE; COSTA, 2006).

Será feita, agora, uma breve descrição de cada um dos componentes que compõem o modelo, começando pela Abertura à Experiência. Esse fator é definido como uma multifacetada dimensão que inclui inteligência, percepção, sensibilidade estética e uma atração intrínseca para novas experiências⁶(McCRAE; COSTA, 2003). Esse grande fator é o que mais exerce tensão sobre os limites da linguagem, sendo impossível a sua redução a uma única palavra – como é usual em abordagens léxicas como a *Five-Factor* e *Big Five*. São utilizadas para se referir a alguém com baixa pontuação nessa dimensão frases como “insensível em relação às artes e à beleza” e “entediado por discussões de ideias” (McCRAE, 1990).

Esse traço tem sido investigado de forma mais recorrente por pesquisadores preocupados com o mundo do trabalho, sendo associado, principalmente, a comportamentos criativos no exercício das atividades laborais, mas também à baixa lealdade para com as organizações (MOSS et al, 2007) e facilidade de adaptação a atividades produtivas internacionais (HUANG; CHI; LAWLER, 2005). Para além do ambiente de trabalho, essa característica tem também sido associada a comportamentos de risco, como a combinação de álcool e direção, além de ao tabagismo (BOOTH-KWLEY; VICKERS, 1994).

A Conscienciosidade⁷, por sua vez, envolveria adjetivos ligados à confiabilidade,

6 Goldberg (1992) utiliza o termo “intellect” para se referir a uma dimensão equivalente à abertura a experiência; entretanto, sua ênfase recai sobre características como “analítico”, “curioso” e “imaginativo”. Nesse sentido, enfatiza sobremaneira atributos ligados à dimensão cognitiva.

7 Hutz et al. (1998) preferem utilizar o termo “Escrupulosidade” para se referir a esse traço em português.

tais como “organização”, “pontualidade” e “confiável”, sendo, também, incluído em alguns trabalhos com um conteúdo volitivo por meio de termos como “trabalhador” e “perseverante” (MONDAK, 2010). De forma previsível, pesquisas identificaram a associação desse traço com alto rendimento e produtividade no trabalho (DUDLEY et al., 2006). Foi verificada, em estudo conduzido em laboratório, forte ligação entre conscienciosidade e comportamento honesto em diferentes situações simuladas (HORN; NELSON; BRANNICK, 2004). No campo da saúde, existem evidências de que indivíduos com alta pontuação nesse componente tendem a adotar estilos de vida mais saudáveis, especialmente no que diz respeito à atividade física regular, e apresentam expectativa de vida superior à média (FRIEDMAN et al., 1993).

O fator Extroversão é o de mais longa história na Psicologia das diferenças individuais. O termo (e o seu oposto) já era empregado no início do século XX para classificar indivíduos, levando em consideração a canalização de suas energias para o mundo externo ou para seus processos internos. Em meados do século passado, esse traço já constava em modelos de dois fatores (EISENCK, 1947) e, também, no já mencionado instrumento 16PF (CATTELL, 1956). Os principais adjetivos utilizados para representar esse componente são “energético”, “arrojado”, “falante” e, é claro, “extrovertido” (MONDAK, 2010). No ambiente de trabalho, o traço tem sido associado à forte comprometimento organizacional e à tendência à compulsão pelo trabalho (BURKE;

MATTHIESEN; PALLESEN, 2006). O sucesso profissional em áreas ligadas a vendas e habilidades acadêmicas também tem sido associado a altas pontuações nesse fator (PULFORD; SOHAL, 2006).

A Sociabilidade, por sua vez, é o fator com menor tradição de pesquisa, e as evidências empíricas acerca de seus efeitos também são reduzidas. Envolve, basicamente, uma disposição favorável ao estabelecimento de relações interpessoais positivas, e os instrumentos utilizados para mensurá-lo, normalmente, valem-se de termos como “caloroso”, “amável” e “simpático” (MONDAK, 2010)⁸. No trabalho, indivíduos com pontuação alta nesse fator tendem a apresentar maior facilidade em atividades em grupo e maior adaptabilidade em novas ocupações (BARRICK; MOUNT, 1991), bem como maior estabilidade na carreira (LAURSEN; PULKKINEN; ADAMS, 2002). No campo da saúde, foram encontradas associações com baixas taxas de alcoolismo e depressão (Ibid.).

A Estabilidade Emocional⁹, por fim, possui tradição tão longa quanto a Extroversão. Também no início do século passado, esse fator já era incluído em instrumentos de pesquisa aplicados entre recrutas das forças armadas estadunidenses (TUPES; CHRISTAL, 1919). Os adjetivos utilizados atualmente nos instrumentos de mensuração são “calmo”, “relaxado”, “estável” (MONDAK, 2010). Diferentemente do que foi visto em outros fatores, esse último não tem apresentado efeitos significativos em fenômenos ligados ao ambiente de trabalho, mas, em

8 Esse é o traço que mais sofre os efeitos da desabilidade social, pois é plausível supor que poucas pessoas se sentem a vontade para se avaliarem como “frios”, “hostis” ou “antipáticos”. Para uma discussão detalhada desses efeitos ver Hofstee (1990).

9 Hutz et al (1998) preferem utilizar o termo Neuroticismo.

compensação, tem apresentado implicações médicas sérias, tal como propensão a altos níveis de estresse, tensão e depressão quando são verificadas baixas pontuações (BOLGER; SCHILLING, 1991). Pessoas com alta pontuação nesse fator, por outro lado, tendem a se afastar de comportamentos de risco e apresentam maiores níveis de bem estar subjetivo (McNIEL; FLEESON, 2006).

Para finalizar essa breve apresentação, é interessante incluir algumas informações básicas sobre os procedimentos metodológicos e técnicos utilizados nas pesquisas sobre o tema. Podem ser identificados dois tipos de investigação nessa área que se distinguem principalmente em relação às estratégias de mensuração empregadas para construção dos seus indicadores (MONDAK, 2010). No primeiro grupo, estão as pesquisas que se concentram nas propriedades dos próprios fatores, procurando confirmar a sua real existência, identificar seus elementos subsidiários e demonstrar a sua validade em diferentes contextos culturais e linguísticos. No segundo grupo, encontram-se pesquisas que partem do pressuposto da existência dessa estrutura de cinco grandes fatores para investigar suas consequências e efeitos sobre atitudes e comportamentos.

Em razão dos seus objetivos, os pesquisadores do primeiro grupo costumam se valer de escalas bastante amplas, como o instrumento usado por Costa e McCrae (2003) e a bateria de 50 itens de Goldberg (1992). Em razão dessa amplitude, as pesquisas normalmente são realizadas com pequenas amostras, geralmente compostas por estudantes voluntários.

Nas pesquisas aplicadas do segundo grupo, em razão dos seus objetivos e limitações, o emprego de baterias longas é inviável, especialmente porque, em paralelo à mensuração

dos componentes, devem ser coletadas todas as informações referentes às atitudes e comportamentos que serão associados à estrutura de personalidade no momento da análise. Além disso, como se tratam de pesquisas que pretendem demonstrar associações ou efeitos em uma dada população, precisam adotar procedimentos amostrais rigorosos, o que implica em trabalhar com grandes amostras. O tempo de aplicação de instrumentos em um número considerável de sujeitos leva à necessária redução das baterias sobre personalidade para reduzir o tempo necessário para a coleta de dados.

Na construção dessas baterias reduzidas, normalmente são utilizadas escalas bipolares ou de diferenciação semântica que contrastam pares de adjetivos, vinculando-se, assim, à perspectiva lexicológica nos estudos sobre personalidade, que defende a captação dos fatores pela sua expressão na linguagem coloquial (MONDAK, 2010). Em termos práticos, esses instrumentos apresentam aos participantes da pesquisa um conjunto variado de escalas cujos polos são representados por adjetivos contrastantes, como “falante/calado”, “extrovertido/introvertido”, “organizado/desorganizado”, entre outros. Os entrevistados são convidados a se autoavaliarem e escolherem um ponto na escala de zero a dez entre esses extremos. O instrumento 16PF, desenvolvido por Cattell (1956), já empregava essa abordagem de pares contrastantes e, até hoje, esse tem sido o formato mais utilizado nas pesquisas aplicadas.

Apesar de escalas mais amplas possibilitarem a identificação de nuances em traços subsidiários, Mondak (2010) apresenta uma interessante revisão de publicações que testaram os rendimentos de escalas menores e chegaram à conclusão de que os instrumentos baseados em apenas cinco ou 10 itens são igualmente confiáveis na identificação dos cinco grandes traços.

Personalidade e comportamento político

Como será argumentado adiante, estudos que se valem das abordagens dos grandes fatores de personalidade para o estudo do comportamento político são ainda raros, mas a preocupação com as possíveis relações entre características psicológicas individuais e os fenômenos políticos mais gerais é consideravelmente longa entre psicólogos e cientistas sociais¹⁰.

Atendo-se apenas às principais contribuições do século XX, é possível identificar algumas áreas ou temas de interesse centrais. Primeiramente, merecem destaque os estudos sobre elites, especialmente baseados em psicobiografias de importantes personalidades que já possuem uma longa história, pelo menos nos EUA. O estudo sobre Woodrow Wilson (GEORGE; GEORGE, 1964) é referência clássica nesse campo e, mais recentemente, as pesquisas sobre Bill Clinton (RENSHON, 1995) e sobre George W. Bush de (GREENSTEIN, 2003) são frequentemente mencionadas. Para além dos presidentes, foram conduzidas, também, investigações interessantes sobre elites “não estatais”, como Martin Luther e Mahatma Gandhi (ERIKSON, 1958; 1969).

Uma segunda área com longa tradição é a que procura identificar a aderência a valores democráticos ou o seu avesso. O trabalho clássico aqui é, sem dúvida, a obra coletiva coordenada por Adorno (1950) sobre a personalidade autoritária. Fortemente inspirada pela perspectiva freudiana, esse trabalho ofereceu importantes contribuições para a compreensão da submissão das massas ao autoritarismo, além da adesão popular a movimentos e regimes totalitários. Seguindo as

diretrizes básicas estabelecidas por esse trabalho seminal, várias análises têm sido conduzidas sobre o tema, como a que identificou personalidades similares, em termos de tendências autoritárias, entre nacional-socialistas e comunistas (EYSENCK, 1954) e, mais recentemente, o trabalho de Stenner (2005), que apresentou evidências sobre o caráter relativamente inato e durável de predisposições autoritárias.

Também merecem menção os estudos que têm procurado analisar as relações entre personalidade e ideologia, com destaque para o trabalho de McClosky (1958) sobre as diferenças fundamentais entre liberais e conservadores, especialmente sobre a tendência à rigidez de pensamento entre aqueles indivíduos classificados no segundo grupo. Mais recentemente, pesquisas têm relacionado diferenças nas estruturas dos traços de personalidade com distintas escalas de autopoicionamento ideológico, como aquelas baseadas nos polos “esquerda” e “direita” (RIEMANN et al., 1993).

Finalmente, destacamos as investigações sobre as relações entre diferenças psicológicas individuais e medidas de tolerância. A pesquisa de Rokeach (1960) sobre dogmatismo e a de Sullivan, Piereson e Marcus (1982) sobre os antecedentes da intolerância são bons exemplos nessa linha.

Os estudos que se concentram no comportamento político, por sua vez, apresentam uma história bem mais recente, e o número de trabalhos é expressivamente menor. Três razões principais são identificadas nesse cenário de pouca atenção (MONDAK, 2010). A primeira delas diz respeito à dificuldade na coleta de dados, pois, até pouco tempo, as baterias de questões necessárias para captação da estrutura das diferenças psicológicas

10 Interessante revisão histórica sobre o estudo da relação entre personalidade e política pode ser encontrada em Sniderman (1975).

eram muito longas, tornando inviável a sua inclusão em *surveys* organizados por cientistas políticos. A segunda razão, já discutida na seção anterior, está ligada à falta de consenso sobre um conceito de personalidade, mesmo entre psicólogos. Ou seja, mesmo que um cientista político estivesse disposto a incluir uma longa bateria de questões para medir essas características individuais internas, faltaria uma orientação segura sobre qual das várias definições e conteúdos seria a mais adequada. Por fim, a terceira razão passa pela falta de uma teoria geral da personalidade que ofereça explicações sobre suas origens biológicas e ambientais, seus mecanismos de interação com disposições situacionais e seus efeitos sobre o comportamento humano em geral. Em razão dessas dificuldades, questões sobre personalidade têm sido inseridas em *surveys* ou experimentos como variáveis *ad doc* e não como parte de um programa de pesquisas consistente com hipóteses geradas por uma teoria de base ampla (Ibid.).

Como já discutimos acima, as duas primeiras razões têm perdido força nos últimos anos graças ao surgimento e consolidação das perspectivas baseadas nos cinco grandes traços fundamentais, como a *Big Five* (McCRAE; COSTA, 2003) e a *Five Factor Theories* (GOLDBERG, 1990). O último obstáculo, todavia, continua existindo e só será superado com a continuidade das pesquisas e com o acúmulo de evidências que atestem a relevância dessa dimensão psicológica na política contemporânea.

Com o surgimento do consenso mínimo sobre o conceito e os conteúdos da personalidade e com o desenvolvimento de instrumentos parcimoniosos para a identificação e mensuração dos seus componentes, na última década, começaram a serem publicados trabalhos que exploram empiricamente o efeito dos traços de personalidade sobre temas como acesso à informação, frequência

de discussão sobre política, interesse por política, contatos com autoridades, comparecimento eleitoral, participação em campanhas e engajamento em formas contestatórias de manifestação.

Uma pesquisa utilizando dados de dois diferentes *surveys* conduzidos por telefone nos EUA, por exemplo, testou os efeitos dos cinco grandes fatores sobre diferentes medidas de acesso à mídia impressa e de televisão, chegando à conclusão que apenas a dimensão da Extroversão estava significativamente associada à maior frequência de busca por informação (MONDAK, 2010). No mesmo trabalho, foi identificado que a frequência de conversas sobre política e o interesse por política são positivamente influenciados pela pontuação individual no traço da Abertura à Experiência e negativamente afetados pela Conscienciosidade, mesmo sendo incluídas variáveis sociodemográficas como controles (idade, sexo, educação e raça).

Testes sobre os efeitos dos fatores sobre o estabelecimento de contatos entre os cidadãos e as autoridades políticas também foram recentemente conduzidos (MONDAK et al., 2010). As variáveis dependentes, nesse caso, envolviam a frequência de contato com congressistas ou senadores e, também, a participação em reuniões com esses representantes. Os resultados indicaram fortes efeitos positivos da Extroversão sobre todas as formas de contato e impacto similar da Abertura à Experiência sobre os contatos diretos. A Conscienciosidade, por sua vez, apresentou efeito negativo sobre os contatos diretos.

No campo do comparecimento eleitoral, a abordagem *Five Factor* (GOLDBERG, 1992) foi utilizada para analisar os determinantes do voto nas eleições gerais britânicas de 1997, sendo comparados os efeitos das dimensões da personalidade com aqueles produzidos por um dos mais importantes

preditores desse tipo de comportamento: a escolaridade. Os resultados indicaram que os itens mais relevantes são “trabalhador *versus* preguiçoso” e “calmo *versus* agressivo”, sendo que os mais trabalhadores e os mais agressivos apresentaram maior propensão ao voto. De forma geral, com a inclusão dos traços, ocorre considerável redução dos efeitos da escolaridade em todos os modelos propostos.

Um experimento conduzido utilizando abordagem alternativa à *Big Five* (GERBER; GREEN; LARIMER, 2008) verificou um expressivo efeito de características de personalidade sobre a probabilidade de comparecimento entre eleitores estadunidenses. Em estudo utilizando a *Big Five* para a análise de dados de *survey* coletados por telefone e internet (GERBER et al., 2011), foram identificados efeitos positivos da Extroversão e da Estabilidade Emocional em alguns casos equivalentes ao produzido pela educação. Merece destaque, ainda, o efeito negativo da Conscienciosidade, indicando que pessoas com pontuações elevadas nesse traço têm menor tendência ao envolvimento político por meio do voto. MONDAK et al. (2010), entretanto, chegam a resultados distintos para o caso estadunidense, constatando efeito positivo para a Abertura à Experiência e negativos para a Estabilidade Emocional.

Focalizando diferentes formas de envolvimento com atividades de campanhas eleitorais, MONDAK (2010) também chega a resultados que afirmam a relevância desses atributos psicológicos entre o público estadunidense. A ação de tentar convencer alguém a votar (ou deixar de votar) em algum candidato, por exemplo, mostrou-se mais recorrente entre os mais abertos a experiências, enquanto aqueles com altas pontuações na Conscienciosidade têm probabilidade reduzida de trabalhar em campanhas para partidos ou candidatos. A Extroversão, por

sua vez, apresentou efeito positivo sobre a participação em reuniões, comícios e debates durante a campanha.

Em investigação sobre o envolvimento em atividades de campanha, foram identificados, também, efeitos da Extroversão sobre a participação em reuniões e comícios e importante impacto da Conscienciosidade sobre o comparecimento em reuniões para discussão de assuntos políticos locais, o que realmente representa achado importante, pois, como visto anteriormente, esse traço não favorece o envolvimento em modalidades de participação mais gerais ou de nível nacional (MONDAK; HALPERIN, 2008). Os pesquisadores, também, incluíram como variável dependente o “usar a palavra” em reuniões para discutir assuntos políticos locais e, dessa vez, o traço da Abertura à Experiência e a Extroversão se mostraram preditores importantes, com efeito superior desse último. Esse traço, inclusive, mostrou-se importante na previsão da probabilidade de assinatura de abaixo-assinados envolvendo questões políticas locais.

Algumas publicações têm apresentado recentemente evidências sobre a consistência desses relacionamentos também em outros países, inclusive em contextos de baixa tradição democrática. Vecchione e Caprara (2009) conduziram pesquisa de *survey* com uma amostra de estudantes universitários na Itália, procurando identificar os efeitos dos grandes traços sobre a eficácia política e, também, sobre uma medida integrada de engajamento que envolvia uma variedade de modalidades, como manifestações, doações em dinheiro para organizações, contato com autoridades, entre outros. Para as duas variáveis dependentes, foram identificados como preditores relevantes a Abertura à Experiência e a Extroversão, sendo que, em alguns casos, os efeitos foram inclusive superiores aos produzidos por variáveis

tradicionais nesse tipo de pesquisa, como a escolaridade e o gênero.

Esses efeitos para o comparecimento eleitoral foram também testados para a Espanha, utilizando dados do *European Social Survey* (GALEGO; OBERSKI, 2012) Maiores detalhes sobre esse trabalho serão apresentados na próxima seção, portanto, destacamos aqui, apenas, que, para o voto, os traços não produzem efeitos diretos, mas, considerando os relacionamentos mediados por outras variáveis atitudinais, a Extroversão e a Abertura favorecem o comparecimento, enquanto a Conscienciosidade produz efeito inverso. No caso do protesto, a Abertura tem efeito direto positivo, enquanto a Sociabilidade impacta negativamente a chance de envolvimento. A Extroversão apresentou efeito apenas mediado pelo sentimento de eficácia política e pela frequência de discussões.

Mondak et al. (2010) utilizam dados produzidos pelo *Latin American Public Opinion Project* para testar esses efeitos no Uruguai e na Venezuela, sendo, até agora, o único trabalho publicado sobre países da América Latina. Nesse artigo, as duas variáveis dependentes eram o comparecimento a reuniões de partidos políticos e o engajamento em protestos. Na primeira variável, foram verificados efeitos positivos da Extroversão nos dois países e, na segunda, efeitos negativos da Conscienciosidade, também nos dois contextos. Efeito positivo da Extroversão sobre o protesto foi constatado apenas no caso venezuelano.

Como foi procurado demonstrar, ainda são poucos os trabalhos em ciência política que procuram relacionar os componentes da personalidade ao comportamento político, sendo ainda mais raros aqueles que se ocupam da questão específica da participação. Na próxima seção, demonstramos que esse cenário de escassez é ainda mais grave no que

diz respeito às chamadas formas contestatórias de engajamento cívico.

Personalidade e participação contestatória

Se são poucos os trabalhos que procuram aplicar as atuais abordagens psicológicas sobre personalidade ao estudo das bases do comportamento político em geral, são ainda menos frequentes pesquisas sobre o impacto dessas diferenças individuais sobre o envolvimento em mobilizações ligadas ao protesto ou à contestação política.

Mesmo os trabalhos que abordam esse tema específico o fazem de forma mais ou menos marginal. É o caso do artigo já citado de Mondak et al. (2010), que, em meio a análises envolvendo dados sobre os EUA, Uruguai e Venezuela, introduzem em um modelo a variável sobre o envolvimento em protestos. É claro que essa iniciativa merece reconhecimento, não apenas por integrar países latino-americanos na análise, mas porque considera modalidades que vão para além do voto e do envolvimento com as instituições tradicionais da democracia representativa. Todavia, como não se dedica exclusivamente à contestação, não distingue o protesto em suas diferentes formas de manifestação, como boicotes, abaixo-assinados, ocupações, manifestações legais, entre outras, o que torna inviável a verificação de efeitos diferenciais da personalidade sobre cada uma dessas formas. Assim como ocorre com a dimensão dos recursos, que afetam de forma distinta as diferentes modalidades, é plausível supor que os grandes traços de personalidade possam produzir, também, efeitos distintos entre as modalidades.

Mais problemática ainda é a iniciativa de Vecchione e Caprara (2009), citada na seção anterior. Nesse trabalho, o envolvimento em manifestações é inserido como componente

de um indicador de participação que inclusive contém a distribuição de panfletos, doação de dinheiro para associação política, contatos com políticos e trabalho para um partido político. Ao reunir modalidades tão diferentes de participação, provavelmente com condicionantes materiais e subjetivos distintos entre a amostra, os pesquisadores deixam de captar os possíveis efeitos diferentes dos traços sobre cada uma das formas de engajamento.

Até o momento, o trabalho de Galego e Oberski (2012) é o que apresenta a contribuição mais consistente, ainda que não se concentre apenas sobre a questão do protesto. A proposta desses autores é explorar os denominados efeitos indiretos da personalidade sobre a participação política, aqui resumida ao comparecimento eleitoral e ao protesto, tomando como mediadoras variáveis atitudinais e comportamentais clássicas como interesse por política, eficácia interna, frequência de discussões sobre política e a percepção de que o voto é um dever. Apresentando um grande avanço em relação aos trabalhos de Vecchione e Caprara (2009) e Mondak et al. (2010), nessa pesquisa, o protesto é dividido em suas mais recorrentes modalidades: manifestações, greves, boicotes (por razões políticas ou ambientais) e atividade de protesto ilegal.

A hipótese fundamental da pesquisa é que a personalidade afeta indiretamente a participação, porque molda a propensão a adquirir certas atitudes e comportamentos determinantes ou condicionantes do engajamento em formas de protesto, além do comparecimento eleitoral. Os autores escrevem que tal mecanismo sugere “que existe um funil de causalidade em que fatores mais

distantes, como sexo, idade ou personalidade, influenciam atitudes políticas, que são as causas mais próximas do comportamento” (GALEGO; OBERSKI, 2012, p. 428, tradução minha).¹¹

A partir da revisão dos trabalhos mencionados na seção anterior, os investigadores nutriam algumas expectativas sobre os efeitos que seriam encontrados. Sobre a Abertura à Experiência, partindo do reconhecimento de que a política não é uma área da qual depende a sobrevivência dos indivíduos (ao menos não diretamente), o interesse por tais assuntos seria mais comum entre aqueles que nutrem afinidade com a chamada “vida mental”, uma característica fortemente presente entre aqueles que atingem altas pontuações nessa dimensão da estrutura da personalidade. De fato, trabalhos anteriores já confirmaram a relação entre esse traço e o interesse por política (HAMBRICK et al., 2008; BEIER; ACKERMAN, 2001) e o nível de conhecimento sobre política (WOLAK; MARCUS, 2007). Galego e Oberski, entretanto, acreditavam que esse efeito, no caso da participação, seria mediado pelo sentimento de eficácia e pelo conhecimento político, ou seja, a Abertura à Experiência produziria efeitos positivos naqueles indivíduos que se percebem como eficientes ou capazes em termos políticos e que detêm conhecimento sobre assuntos relacionadas a essa área da vida social. Tal hipótese foi confirmada, pois foi verificado o efeito direto no caso dos boicotes e indiretos em todas as outras três modalidades.

Em relação à Conscienciosidade, esperavam efeitos mediados pela percepção de que o voto é um dever cívico, ou seja, como o voto não é obrigatório na Espanha e os

11 “that there is a funnel of causality in which more distant factors such as sex, age, or personality influence political attitudes which are the more proximate causes of behavior” (GALEGO; OBERSKI, 2012, p. 428, no original).

indivíduos com altas pontuações nesse traço são respeitadores das normas sociais, o impacto só seria verificado entre aqueles que internalizaram o ato de comparecer como algo próprio de um cidadão responsável. No caso do protesto, mais diretamente interessante aqui, esse respeito às normas gerava a expectativa de ausência de relacionamento ou de efeito negativo, sobretudo nas modalidades ilegais. Os resultados confirmaram a hipótese da irrelevância, pois demonstraram que esse traço de personalidade não produz efeitos diretos ou indiretos sobre as modalidades de contestação pesquisadas.

Como a Extroversão está relacionada a uma tendência de envolvimento em atividades em grupo, os autores não esperavam encontrar efeitos significativos em relação ao voto, uma atividade eminentemente individual. Pela mesma razão, no caso dos protestos, a expectativa era de efeito positivo, com a possibilidade de potencialização pela mediação do sentimento de eficácia política. Os resultados, entretanto, confirmaram apenas os efeitos indiretos mediados pelo sentimento de eficácia e pela frequência de discussões sobre política.

Sobre a Sociabilidade, associada à aversão ao conflito (MONDAK, 2010), eram esperados efeitos negativos sobre as formas de protesto, sobretudo aquelas de natureza conflituosa, como as ações ilegais e nas que apresentam maior visibilidade. Novamente, a hipótese foi confirmada, pois os modelos retornaram efeitos negativos diretos desse traço sobre o envolvimento em ações contestatórias ilegais.

Finalmente, a respeito da Estabilidade Emocional, os autores não estabelecem expectativas iniciais, e os resultados indicaram a irrelevância desse fator em termos diretos e indiretos.

Em síntese, a pesquisa de Galego e Oberski (2012) confirma a importância da

personalidade para o comportamento de protesto no contexto espanhol, sobretudo porque, em alguns casos, os efeitos encontrados são superiores aos produzidos por variáveis já clássicas na área de comportamento político, como eficácia política e idade.

Considerações finais

Apesar de interessantes iniciativas de interface entre psicologia e ciência política identificadas ao longo de todo o século XX, apenas muito recentemente os pesquisadores passaram a se dedicar a investigações sobre as relações entre diferenças psicológicas fundamentais e o comportamento político do cidadão médio, captado, principalmente, por meio de pesquisas amostrais ou experimentais. A personalidade individual, via de regra, tem permanecido ausente dos modelos que procuram explicar os padrões de comportamento, tomando como condicionantes fatores de micro ou macro sociais.

Como procurado demonstrar por meio da revisão da literatura sobre o tema, na última década, esse quadro tem se alterado e, graças à superação dos obstáculos conceituais e metodológicos envolvidos na mensuração da estrutura básica da personalidade, trabalhos apresentando resultados de testes iniciais começaram a ser publicados. Tanto no que diz respeito à participação política geral quanto ao comportamento mais específico ligado ao protesto, foram identificadas iniciativas que, de forma inovadora e competente, têm se utilizado de diferentes fontes de dados para testarem hipóteses sobre a suposta relação entre estruturas internas e padrões de interação entre cidadãos e instituições políticas formais e informais.

Em um balanço provisório dessa produção, pode-se afirmar que o saldo é positivo e que os efeitos dos diferentes traços de personalidade são relevantes para a explicação de

importantes padrões de ação política. Seja por meio de efeitos diretos ou mediados pela aquisição de habilidades cognitivas ligadas ao engajamento cívico, como demonstrou Galego e Oberski (2012), essa ordem de fatores psicológicos merece ser incluída em modelos compreensivos que procuram identificar os condicionantes ou preditores do envolvimento dos indivíduos nas diferentes modalidades de envolvimento disponíveis nas modernas democracias.

A continuidade dessa agenda de pesquisas, todavia, ainda é incerta. Sobretudo no que diz respeito às investigações de amplo alcance que se valem de dados amostrais de grandes unidades de população (países, estados, distritos ou municípios), a viabilidade de testes relacionando comportamento e personalidade passa pela inserção de baterias de questões que possam

medir satisfatoriamente a estrutura interna dos traços. Como o interesse por esse tipo de relacionamento ainda é muito recente e frágil entre a maioria dos cientistas políticos, as negociações envolvidas na inserção se repetiu. Em 2010, o Projectina dos traços passa pela inserção para testarem hipotese, tem permão dessas baterias nem sempre é exitosa. Prova dessa dificuldade é que apenas o Latin American Public Opinion Project se dispôs, em sua rodada de 2010, a inserir questões suficientes para viabilizar análises consistentes entre os países, cobertas pelas suas sondagens. Em 2012, infelizmente, isso não se repetiu.

Resta aos pesquisadores conduzirem *surveys* específicos para esse fim, mas, nesse caso, sempre com os limites inerentes à dispendiosa coleta de dados, o que tem restringido consideravelmente o alcance das suas inferências.

Referências

- ADORNO, T. W. et al. *The authoritarian personality*. New York: Harper, 1950.
- ALLEN, B. P. *Personality theories*. Boston: Allyn and Bacon, 1994.
- ALLIK, J.; McCRAE, R. Toward a geography of personality traits: patterns of profiles across cultures. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, [S.l.], v. 35, n. 1, p. 13-28, 2004.
- ALLPORT, G.; ODBERT, H. Trait-names: a psycho-lexical study. *Psychological Monographs*, Boulder, v. 47, n. 211, p. 1-37, 1936.
- BARRICK, M.; MOUNT, M. The Big Five personality dimensions and job performance: a meta-analysis. *Personnel Psychology*, [S.l.], v. 44, n. 1, p. 194-230, 1991.
- BEIER, M.; ACKERMAN, P. Determinants of health knowledge: an investigation of age, gender, abilities, personality, and interests. *Journal of Personality and Social Psychology*, [S.l.], v. 84, n. 2, p. 439-448, 2003.
- BOLGER, N.; SCHILLING, E. Personality and the problems of everyday life: the role of neuroticism in exposure and reactivity to daily stressors. *Journal of Personality*, [S.l.], v. 59, n. 3, p. 335-386, 1991.
- BOOTH-KWLEY, S.; VICKERS, R. Associations between major domains of personality and health behavior. *Journal of Personality*, [S.l.], v. 62, n. 3, p. 281-298, 1994.
- BURKE, R.; MATTHIESEN, S. B.; PALLESEN, S. Workaholism, organizational life and well-being of Norwegian nursing staff. *Career Development International*, [S.l.], v. 11, n. 5, p. 463-477, 2006.

- CATTELL, R. Confirmation and clarification of primary personality factors. *Psychometrika*, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 197-220, 1947.
- _____. Validation and interpretation of the 16 P. F. Questionnaire. *Journal of Clinical Psychology*, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 205-214, 1956.
- CATTELL, R. *Personality and mood by questionnaire*. San Francisco: Jossey-Bass, 1973.
- CONNOLLY, J.; KAVANAGH, E.; VISWES-VARAN, C. The convergent validity between self and observer ratings of personality: a meta-analytic review. *International Journal of Selection and Assessment*, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 110-117, 2007.
- DENNY, K.; DOYLE, O. Political interest, cognitive ability and personality: determinants of voter turnout in Britain. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 38, n. 2, p. 291-310, 2008.
- DUDLEY, N. et al. A meta-analytic investigation of conscientiousness in the prediction of job performance. *Journal of Applied Psychology*, [S.l.], v. 91, p. 40-57, 2006.
- ERIKSON, E. *Young Man Luther*. New York: Norton, 1958.
- _____. *Gandhi's truth*. New York: Norton, 1969.
- EYSENCK, H. J. *Dimensions of personality*. London: Routledge, 1947.
- FRIEDMAN, H. et al. Does childhood personality predict longevity? *Journal of Personality and Social Psychology*, [S.l.], v. 65, n. 1, p. 176-85, 1993.
- GALLEGO, A.; OBERSKI, D. Personality and political participation: the mediation hypothesis. *Political Behavior*, [S.l.], v. 34, n. 3, p. 424-51, 2012.
- GEORGE, A.; GEORGE, J. *Woodrow Wilson and Colonel House: a personality study*. New York: Dover, 1964.
- GERBER, A. et al. Personality and political attitudes: relationships across issue domains and political contexts. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 104, n. 1, p. 111-133.
- GERBER, A.; GREEN, D.; LARIMER, C. W. Social pressure and voter turnout: evidence from a large-scale field experiment. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 102, n. 1, p. 33-48, 2008.
- GOLDBERG, L. The development of markers for the big-five factor structure. *Psychological Assessment*, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 26-42, 1992.
- GOMES, C. M. A.; GOLINO, H. F. Relações hierárquicas entre os traços amplos do Big Five. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 445-456, 2012.
- GREENSTEIN, F. *The George W. Bush presidency: an early assessment*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.
- HAMBRICK, D. et al. The roles of ability, personality, and interests in acquiring current events knowledge: a longitudinal study. *Intelligence*, [S.l.], v. 36, p. 3, p. 261-278, 2008.
- HOFSTEE, W. The use of everyday personality language for scientific purposes. *European Journal of Personality*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 77-88, 2006.
- HORN, J.; NELSON, C.; BRANNICK, M. Integrity, conscientiousness and honesty. *Psychological Reports*, [S.l.], v. 95, n. 1, p. 27-38, 2004.

- HUANG, T. J.; CHI, S. C.; LAWLER, J. The relationship between expatriates: personality traits and their adjustment to international assignments. *International Journal of Human Resource Management*, v. 16, n. 9, p. 1636-1670, 2005.
- JOHN, O. P.; ROBINS, R. W. Gordon Allport: father and critic of the Five-Factor Model. In: CRAIK, K. H.; HOGAN, R.; WOLFE, R. N. (Eds.). *Fifty Years of Personality Psychology*, New York: Plenum, 1993.
- JUNG, C. *On the Psychology of the Unconscious*. Princeton: Standart Edition, 1917.
- KREITLER, S.; KREITLER, H. *The cognitive foundations of personality traits*. New York: Prenum Press, 1990.
- LAURSEN, B.; PULKKINEN, L.; ADAMS, R. The antecedents and correlates of agreeableness in adulthood. *Developmental Psychology*, [S.l.], v. 38, n. 4, p. 591-603, 2002.
- McCLOSKEY, H. Conservatism and personality. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 52, n. 1, p. 27-45, 1958.
- McCRAE, R. R. Traits and traits names: how well is openness represented in natural languages? *European Journal of Personality*, [S.l.], v. 4, p. 119-129, 1990.
- McCRAE, R. R.; COSTA JR., P. T. Different points of view: self-reports and ratings in the assessment of personality. In: FORGAS, J. P.; INNES, J. M. (Eds.). *Recent advances in social psychology: an international perspective*, Amsterdam: Elsevier, 1989.
- _____. *Personality in adulthood: a Five-Factor theory perspective*. New York: The Guilford Press, 2003.
- _____. Cross-cultural perspectives on adult personality trait development. In: MROCZEK, D. K.; HILLSDALE, T. D. L. (Eds.). *Handbook of Personality Development*, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2006.
- McCRAE, R. R. et al. Sources of structure: genetic, environmental, and artifactual influences on the covariation of personality traits. *Journal of Personality*, [S.l.], v. 69, n. 4, p. 511-535, 2001.
- McCRAE, R. R.; JOHN, O. P. An introduction to Five-Factor model and its applications. *Journal of Personality*, [S.l.], v. 60, n. 2, p. 175-215, 1992.
- McNIEL, M.; FLEESON, W. The causal effects of extraversion on positive affect and neuroticism on negative affects. *Journal of Research in Personality*, [S.l.], v. 40, n. 5, p. 529-550, 2006.
- MILBRATH, L. *Political participation*. Chicago: RandMcNally, 1965.
- MISCHEL, W. *Personality and assessment*. New York: Wiley, 1968.
- MONDAK, J. *Personality and the foundations os political behavior*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- MONDAK, J. et al. Personality and civic engagement: an integrative framework for the study of trait effects on political behavior. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 104, n. 1, p. 85-110, 2010.
- MONDAK, J.; HALPERIN, K. A framework for the study of personality and political behavior. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 38, n. 2, p. 335-362, 2008.
- MOSS, S. et al. Maintaining a open mind to closed individuals: the effects of resource availability and leadership style on the association between openness to experience and organizational commitment. *Journal of Research in Personality*, [S.l.], v. 41, n. 2, p. 259-275, 2007.
- NUNES, C. H.; HUTZ, C. S. Construção e validação da escala fatorial de Socialização no modelo dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade. *Psicologia: Reflexão e Critica*, Porto Alegre, v. 20, n. 1: p. 20-25, 2007.

- PULFORD, B.; SOHAL, H. The influence of personality on HE students' confidence in their academic habilities. *Personality and Individual Differences*, [S.l.], v. 41, n. 8, p. 1409-1419, 2006.
- RENSHON, S. *The Clinton presidency: campaigning, governing and the psychology of leadership*. Bolder: Westview, 1995.
- RIEMANN, R. et al. Personality and the attitudes toward currents political topics. *Personality and Individual Differences*, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 313-321, 1993.
- ROKEACH, M. *The open and closed mind: investigation into the nature of belief systems and personality systems*. New York: Basic Books, 1960.
- SILVA, I. B.; NAKANO, T. de C. Modelo dos cinco grandes fatores da personalidade: análise de pesquisas. *Avaliação Psicológica*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 51-62, 2011.
- SNIDERMAN, P. *Personality and democratic politics*. Berkeley: University of California Press, 1975.
- STENNER, K. *The authoritarian dynamic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SULLIVAN, J.; PEIRESON, J.; MARCUS, G. *Political tolerance and American democracy*. Chicago: University Chicago Press, 1982.
- TARROW, S. *Power in movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- TUPES, E.; CHRISTAL, R. *Recurrent personality factors based on trait ratings USAF ASD technical report n. 61-97*. Lackland Air Force Base. Texas: U.S. Air Force, 1961.
- VECCHIONE, M.; CAPRARA, G. V. Personality determinants of political participation: the contribution of traits and self-efficacy beliefs. *Personality and Individual Differences*, [S.l.], v. 46, n. 4, p. 487-492, 2009.
- WINTER, D. Measuring the motives of political actors at a distance. In: POST, J. (Ed.). *The psychological assessment of political leaders: with profiles of Saddam Hussein and Bill Clinton*, Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.
- WOLAK, J.; MARCUS, G. Personality and emotional response: strategic and tactical responses to changing political circumstances. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Lincoln, v. 614, n. 1, p. 172-195, 2007.
- YAMAGATA, S. et al. Is the genetic structure of human personality universal? A cross-cultural twin study from North America, Europe, and Asia. *Journal of Personality and Social Psychology*, [S.l.], v. 90, n. 6, p. 987-998, 2006.

Resumo

Personalidade, participação e contestação: fundamentos psicológicos do comportamento político

Apesar da plausível relação entre diferenças psicológicas individuais e padrões de comportamentos políticos, poucos são os estudos que focalizam esse condicionante do engajamento dos cidadãos em diferentes formas de ativismo cívico. Mais raras são pesquisas que se concentram sobre a relação entre personalidade e as denominadas formas contestatórias de mobilização. Este artigo pretende discutir as razões para essa incipiente produção e os possíveis ganhos com essa interface entre psicologia e ciência política sobre a capacidade explicativa de fenômenos ligados ao comportamento político geral e, mais especificamente, sobre práticas participativas ligadas ao protesto político.

Palavras-chave: Participação Política; Personalidade; Protesto; Comportamento Político; Psicologia.

Abstract

Personality, participation and contestation: psychological foundations of political behavior

Despite the plausible relationship between individual psychological differences and patterns of political behavior, there are few studies which focus on this particular form of conditioning the engagement of citizens in different forms of civic activism. Even rarer are studies emphasizing the relationship between personality and the so called contestatory forms of mobilization. This article discusses the reasons for this incipient production and the potentials of this interface between psychology and political science on the explanatory power of phenomena linked to general political behavior and, more specifically, on participatory practices related to political protest.

Keywords: Political Participation; Personality; Protest; Political Behavior; Psychology.

Résumé

Personnalité, participation et contestation : les fondements psychologiques du comportement politique

Malgré la relation plausible entre les différences psychologiques individuelles et les comportements politiques, peu d'études mettent l'accent sur cette condition d'engagement des citoyens dans différentes formes d'activisme civique. Les enquêtes qui abordent la relation entre la personnalité et les formes contestatrices de mobilisation sont néanmoins plus rares. Cet article propose de discuter les raisons de cette infime production et les avantages possibles de cette interface entre la psychologie et la science politique, face à la capacité explicative de phénomènes liés au comportement de politique en général et, plus précisément, sur les pratiques participatives liées à la contestation politique.

Mots-clés: Participation politique; Personnalité; Protestation; Comportement politique; Psychologie.

